

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 190

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 044ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE DEZEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Divanir Braz Palma e Luiz Carlos Zuk..

Às dezoito horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moisés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do ilustre Deputado Hidekazu Takayama.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 130/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, item 04, em 1ª Discussão, constante na presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem)

Posso usar o Horário da Liderança ou não existe na Sessão Extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Parágrafo Único do artigo 86. “O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizada na apreciação da matéria objeto da Convocação.”

O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem)

Esse artigo não diz que o Horário da Liderança fique extinto. Fica extinto?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa vai lhe conceder o Horário da Liderança.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, acho que até para reestabelecer a questão.

Quando na Presidência o Deputado Nelson Justus, houve um acordo de lideranças para que nas Sessões Extraordinárias pudesse se fazer uso das lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Perfeitamente.

O SR. PÉRICLES MELLO

Fui citado pelo Deputado Beto Richa, quem eu estimo e preso na minha argumentação.

Fiz uma argumentação política de método, volto a repeti-la: Acho que é um equívoco, um método autoritário, legislar da mudança do núcleo sem consultar os interessados.

Para mostrar concretamente a nossa posição nós anunciamos desta Sessão Extraordinária, que estaremos apresentando uma Emenda, amanhã, ao projeto do Deputado Beto Richa instituindo, uma consulta aos professores e funcionários do núcleo de Wenceslau Braz, para ver se eles aceitam, acatam ou não a mudança proposta pelo projeto do Deputado.

Acho que assim vamos ver quem legisla de forma democrática aqui e quem tem o pensamento autoritário.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Usando a Liderança do PT, consulto a Liderança do PTB, PFL, PSDB, PMDB, PPB, PDT, PSL, PST, PSB.

(Declinam)

Liderança do Governo se fará uso do seu horário.

O SR. VALDIR ROSSONI

Devido a seqüência da sessão temos dois projetos aqui, que nós precisamos entrar com requerimento nesta Casa, para retirada de pauta, para que nós possamos estudar melhor os projetos.

Projeto de Lei nº 063 e 130/99.

A minha assessoria esta redigindo o requerimento.

Então, se Vossa Excelência pudesse aguardar o requerimento ou aceitar o requerimento verbal e depois entregarei o requerimento a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Valdir Rossoni nós temos uma Questão de Ordem para decidir, possivelmente de tempo de entrada do requerimento. Se não for possível, nós decidiremos na seqüência.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos á apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL: do Projeto de Lei nº 498/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/99, do Orçamento Geral para o exercício do ano de 2000.

PROJETO DE LEI Nº 498/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Seção I**Das Disposições Comuns**

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2.000, compreendendo:

I - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Seção II**Da Estimativa da Receita**

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, e estimada no valor de R\$10.954.512.680,00 (dez bilhões, novecentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e doze mil e seiscentos e oitenta reais).

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras Receitas correntes e de capital, conforme dispõe o Artigo 33 da Lei Estadual nº 12.605, de 06 de julho de 1999, e a legislação estadual pertinente, nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

	Em R\$1,00
1 - Receitas de recolhimento centralizado	R\$ 9.277.873.880
1.1 - Receitas correntes	R\$ 4.831.722.600
1.2 - Receitas de capital	R\$ 4.446.151.280
2 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos (exclusive transferências do Tesouro Nacional)	
2.1 - Receitas correntes	R\$ 948.437.580
2.2 - Receitas de Capital	R\$ 134.705.470
3 - Receitas próprias de recolhimento descentralizado das empresas publicas e sociedade de economia mista, para o orçamento de investimento (exclusive transferências do Tesouro Nacional)	R\$ 593.495.750
3.1 - Receitas correntes	R\$ 493.442.000
3.2 - Receitas de capital	R\$ 100.053.750
4 - Total da Receita	R\$ 10.954.512.680
4.1 - Receitas correntes	R\$ 6.273.602.180
4.2 - Receitas de capital	R\$ 4.680.910.500

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 3º - Os orçamentos fiscal e próprio da Administração Direta discriminados no Anexo III, estimam a Receita em R\$10.361.016.930,00 (dez bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, dezesseis mil e novecentos e trinta reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 859.207.040,00 (oitocentos e cinquenta e nove bilhões, duzentos e sete mil e quarenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com Recursos do Tesouro e de outras fontes, constam no Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O programa de obras custeadas com Recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de primeiro de julho de 1999, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1999, dando ciência prévia a Assembleia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projetos, atividades e operações especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência a Assembleia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por unidade orçamentária e por projetos, atividades e operações especiais.

Seção V

Das Autorizações para Aberturas de Créditos e Ajustes de Fontes

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, e o pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 05% (cinco por cento) por projeto/atividade das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do Art. 43, da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos suplementares, até o limite de 8% (oito por cento) das dotação definidas neste orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º ao Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - Até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações definidas neste orçamento, proceder a compensação, conversão ou criações de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos/atividades/operações especiais e das obras, sem lhes alterar o valor Global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais e serviços da dívida.

V - Alterar o programa de obras, orçado nesta lei a nível de projetos e atividades orçamentária, até o limite de 10% (dez por cento), custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificados, não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura adicionais abertos com base no item I deste artigo.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar a Assembleia Legislativa do Estado até o 5º dia de cada mês, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para atender ao disposto na Lei Estadual nº 12.201, de 25 de junho de 1998, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco, e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Fica o Poder Legislativo autorizado, a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 15 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Da Execução Do Orçamento e dos Créditos por Antecipação da Receita

Art. 16 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Seção VII

Das Disposições Gerais

Art. 17 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscal e próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 7, desta lei.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 19 - Fica o Poder executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para atender ao programa Estadual de Transporte Escolar, instituído pela Lei Estadual nº 11.721, de 20 de maio de 1997, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite de R\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais), para atender ao programa de desenvolvimento da política de Assistência Social e outras ações de apoio aos municípios, utilizando para cancelamento, recursos oriundos da dotação 9.085 contribuição ao fundo - Ensino Fundamental da Unidade Orçamentária Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, indicada no anexo de cancelamentos (anexo VIII) desta lei, de acordo com as formas previstas no § 1º do Art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 21 - Fica autorizada, a abertura no orçamento da Assembléia Legislativa, da operação especial, destinada a atender despesas com inativos e pensionistas.

Parágrafo Único - Para atendimento do disposto no caput deste artigo, serão alocados recursos da Ordem de R\$16.316.160,00 (dezesseis milhões, trezentos e dezesseis mil, cento e sessenta reais), oriundo do cancelamento de despesa - espécie 1, nos seguintes desdobramentos;

I - Suplementação:

9.000 - encargos com inativos e pensionistas - AL 3190.01.00 - Fonte 00 - R\$16.316.160,00

II - Cancelamento:

2.000 - Processo Legislativo
3190.01.00 - Fonte 00 - R\$16.316.160,00

Art. 22 - Passam a fazer parte integrante da presente Lei, os anexos VI, VII e VIII, devendo o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente Lei

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2.000, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.1999.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Há sobre a mesa uma Questão de Ordem, ao Projeto encaminhado pelo Deputado Orlando Pessuti.

(Lê:)

“QUESTÃO DE ORDEM

PROJETO DE LEI Nº 498/99

O parágrafo 1º do Artigo 133 do Capítulo III que trata dos orçamentos, afirma que a lei que instituir o Plano Plurianual, estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo.

O parágrafo segundo do mesmo artigo estipula que “nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

O § 6º diz: A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal, fixando as despesas referentes aos poderes estaduais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, estimando as receitas do Estado, efetivas e potenciais aqui incluídas as renúncias fiscais a qualquer título;

II - o orçamento próprio da administração indireta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às autarquias e às fundações;

III - o orçamento de investimento das empresas públicas e daquelas em que o Estado, direta e indiretamente, detenha a maioria do capital social com voto direto.

O parágrafo 7º do mesmo artigo diz que: “Os orçamentos previstos no § 6º incisos I, II e III deste artigo, em que constarão, detalhada e individualizadamente, as obras previstas e seus respectivos custos, deverão ser elaborados em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional, integrantes do Plano Plurianual”.

Portanto Senhor Presidente, o Plenário desta Casa de Leis está sendo induzido a cometer um equívoco ou seja aprovar a Lei Orçamentária para o exercício de 2000, sem que exista uma lei que balizará sua construção e execução, o Plano Plurianual de Investimento, o qual ainda não votamos e que já deveria estar aprovado, para poder balizar a aprovação e as emendas da Proposta Orçamentária colocada para votação na sessão desta noite.

Assim proponho a suspensão da votação do projeto de lei, até que este Plenário tenha apreciado e votado o Plano Plurianual de Governo para o período 200-2003. (Projeto de Lei nº 501/99)

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ORLANDO PESSUTI
Deputado Estadual”

Deputado Orlando Pessuti, essa Presidência decide a Questão de Ordem levantada por V. Exa.

De fato, é uma questão pertinente à questão de votação do Plano Plurianual anterior à votação do orçamento e no entanto, o orçamento já teve votações de Plenário, da sua matéria, da sua constitucionalidade, das suas emendas e está hoje no processo de Redação Final. Portanto, sem nenhuma possibilidade de avaliação de qualquer outro tipo de emenda.

Louvo o estudo de V. Exa. esta Presidência assume com V. Exa. o seguinte compromisso: não será encaminhado ao governo, o orçamento da Casa enquanto não votado o Plano Plurianual que está com os dias abertos para as emendas e será votado seguramente na segunda-feira da semana que vem.

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a instituir, através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família o Projeto “Casa Abrigo”, destinado a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S. e C.S.P. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 200/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir, através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família o Projeto CASA ABRIGO, destinado a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Carlos Simões, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Beto Richa, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi e Luciana Rafagnin.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que autoriza a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. COM EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 12, de 07.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 63/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação do ICMS.

Fundamentação

A proposição em tela visa dar condições ao Poder Executivo de desenvolver programas de incentivo à arrecadação de tributos em especial, o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, entende não existir nenhum impedimento para a normal tramitação do Projeto de Lei nº 63/99, apenas apresentamos uma emenda modificativa ao art. 1º, para melhor adequá-lo à técnica de redação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 063/99

O art. 1º, do Projeto de Lei nº 63/99, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programas de incentivo visando a melhoria da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços”.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 063/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 63/99 tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a desenvolver iniciativas que estimulem a arrecadação de ICMS.

Em vista disso, e das sugestões que formula para obtenção desse intento, o mesmo reúne condições para ser apreciado e aprovado por esta Comissão, do ponto de vista dos interesses das finanças públicas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA
Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 063/99.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que institui o Selo de Qualidade Ambiental do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 130/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado José Maria Ferreira, tem por finalidade instituir o Selo de Qualidade Ambiental do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, verificamos que o selo em questão distingue das demais as instituições que desenvolvem a qualidade e preservação ambiental e dos recursos naturais. O texto sugere ainda que as diretrizes que nortearão as concessões do Selo deverão ser pautadas nos preceitos estabelecidos pelas normas da ISO 14.000.

O Selo de Qualidade Ambiental servirá de estímulo às organizações que vêm desenvolvendo seu trabalho com vistas à preservar o meio ambiente, além de incentivar as demais a darem sentido, em suas ações, às questões ambientais.

Dentro deste contexto, e verificando que nada obsta à sua regular tramitação, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 130/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado José Maria Ferreira, tem por finalidade instituir o Selo de Qualidade Ambiental do Paraná.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar com relação a matéria e tendo em vista o relevante interesse ecológico, dá o seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) CKLEITON KIELSE - Presidente
ADEMIR BIER - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Votos contrários das Bancadas do PMDB, do PT e do PTB.

O SR. CARLOS MARTINS

Senhor Presidente, apenas um alerta à Casa. Na Legislatura passada, apresentamos um projeto de lei nessa Casa, instituindo o selo verde e foi aprovado por unanimidade por todos nós e hoje é lei e inclusive a Liderança do Governo pede com o requerimento, a retirada do projeto para que conversemos

com o autor do projeto, que é o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Perfeito. O projeto será retirado por dez (10) sessões, em razão da votação de Plenário.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/99, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.. COM EMENDA DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 40, de 10.05.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo criar a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no Município de Almirante Tamandaré, e dá outras providências.

Por se tratar de projeto de lei de cunho autorizatório, dependendo de parecer do Poder Executivo para sua viabilização, no que tange competência exclusiva do Governador, não encontramos óbices legais e constitucionais com relação a propositura, podendo tramitar nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 229/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Almirante Tamandaré.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a criação de uma CIRETRAN, facilitará a prestação de serviços, não só em Almirante Tamandaré como também ao Município de Campo Magro.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.99.

(aa) **RICARDO CHAB** - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 229/99

Pela presente proposição de emenda, suprimem-se, da redação original do Projeto de Lei nº 229/99, os artigos 2º e 3º e, do artigo 4º, que deverá ser renumerado como artigo 2º, suprime-se a expressão "...revogadas as disposições em contrário", conforme segue:

"Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) **VALDIR ROSSONI**

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Plauto Miró
Guimarães e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no artigo 2º da proposta legislativa, porque invade competência legislativa municipal.

O artigo 3º, também apresenta inconstitucionalidade, consubstanciada no vício de origem posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública, é exclusiva do Governador, sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste projeto de lei, serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar, e a participação municipal poderá ser objeto de convênio firmado entre os chefes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal.

A supressão da expressão final do artigo 3º "revogando as disposições em contrário", prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 229/99

P A R E C E R :

Em análise profunda, constatou-se que a presente emenda, tem por objetivo corrigir alguns vícios de inconstitucionalidade ao projeto de lei de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, evitando futuro veto parcial por parte do Poder Executivo a matéria em questão.

Sendo assim nos referimos respectivamente aos Artigos 2º e 3º do referido projeto conferindo os seguintes dispositivos constitucionais: Art. 2º parte do

princípio da competência Legislativa Municipal, “competete aos municípios: “I - Legislar sobre assuntos de interesse local;” Art. 17 Inciso I (CE), Art. 3º parte do disposto da iniciativa privada do Governador do Estado “as prerrogativas relativas a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”, Art. 66, Inciso IV da (CE).

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação da emenda.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

Apoiamento:

Algaci Tulio, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Beto Richa, Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que proíbe a locação de equipamentos para a fiscalização das rodovias estaduais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 178, de 24.11.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 599/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo proibir a locação de equipamentos para a fiscalização das rodovias estaduais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 08, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 092, 566 e 603/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 200 e 387/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/99.

Levanta-se a sessão.